

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balço Patrimonial Ativo	3
Balço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	31
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	35

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	52.437
Preferenciais	0
Total	52.437
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária	25/04/2016	Dividendo	19/09/2016	Ordinária		0,00845
Assembleia Geral Ordinária	25/04/2016	Dividendo	19/09/2016	Ordinária		0,06674
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,07818

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	85.374	80.305
1.01	Ativo Circulante	12.965	7.225
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.258	7.225
1.01.03	Contas a Receber	707	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	707	0
1.01.03.02.02	Juros sobre o capital próprio a receber	707	0
1.02	Ativo Não Circulante	72.409	73.080
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.003	3.785
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.003	3.785
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	2.991	3.773
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais	12	12
1.02.02	Investimentos	49.805	49.694
1.02.02.01	Participações Societárias	49.805	49.694
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	49.805	49.694
1.02.04	Intangível	19.601	19.601
1.02.04.01	Intangíveis	19.601	19.601
1.02.04.01.02	Ágio/Deságio Investimento	19.601	19.601

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	85.374	80.305
2.01	Passivo Circulante	4.197	6.502
2.01.03	Obrigações Fiscais	86	8
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	86	8
2.01.03.01.02	Outras obrigações	86	8
2.01.05	Outras Obrigações	4.111	6.494
2.01.05.02	Outros	4.111	6.494
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.100	6.444
2.01.05.02.05	Outros	11	50
2.02	Passivo Não Circulante	12	12
2.02.02	Outras Obrigações	12	12
2.03	Patrimônio Líquido	81.165	73.791
2.03.01	Capital Social Realizado	49.646	49.646
2.03.04	Reservas de Lucros	31.365	24.234
2.03.04.01	Reserva Legal	8.000	7.439
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	16.795	16.795
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	6.570	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	154	-89

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	10.154	11.523
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-371	-334
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-208
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.525	12.065
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.154	11.523
3.06	Resultado Financeiro	1.077	871
3.06.01	Receitas Financeiras	1.077	871
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.231	12.394
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.231	12.394
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.231	12.394
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21418	0,23636
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21418	0,23636

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	11.231	12.394
4.02	Outros Resultados Abrangentes	243	36
4.02.03	Ganho atuarial de Plano de benefícios	369	55
4.02.04	Tributos sobre ganhos atuariais	-126	-19
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.474	12.430

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.477	12.359
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	787	230
6.01.01.01	Lucro Líquido incluindo CSLL e IRPJ	11.231	12.394
6.01.01.02	Juros e Variações Monetárias	-296	-307
6.01.01.03	Pis/Cofins	377	208
6.01.01.04	Resultado da Equivalencia Patrimonial	-10.525	-12.065
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.690	12.129
6.01.02.01	Impostos e Contribuições a Recuperar	1.272	837
6.01.02.02	Dividendos	7.330	8.273
6.01.02.03	Juros Sobre o Capital Proprio	2.121	2.986
6.01.02.04	Contas a Pagar e Outros	-33	33
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.444	-5.471
6.03.01	Pagamento de Dividendos	-3.944	-2.847
6.03.02	Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio	-2.500	-2.624
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.033	6.888
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.225	337
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.258	7.225

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	49.646	0	24.234	0	-89	73.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	49.646	0	24.234	0	-89	73.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	6.570	-10.670	0	-4.100
5.04.06	Dividendos	0	0	6.570	-6.570	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.100	0	-4.100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.231	243	11.474
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.231	0	11.231
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	243	243
5.05.02.06	Ganhos líquidos sobre ativos atuariais	0	0	0	0	243	243
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	561	-561	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	561	-561	0	0
5.07	Saldos Finais	49.646	0	31.365	0	154	81.165

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	49.646	0	18.283	0	-125	67.804
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	49.646	0	18.283	0	-125	67.804
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-6.443	0	-6.443
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.943	0	-3.943
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.500	0	-2.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.394	36	12.430
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.394	0	12.394
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	36	36
5.05.02.06	Ganhos líquidos sobre ativos atuariais	0	0	0	0	36	36
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.951	-5.951	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	620	-620	0	0
5.06.05	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	5.331	-5.331	0	0
5.07	Saldos Finais	49.646	0	24.234	0	-89	73.791

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-371	-334
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-371	-334
7.03	Valor Adicionado Bruto	-371	-334
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-371	-334
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.602	12.936
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.525	12.065
7.06.02	Receitas Financeiras	1.077	871
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.231	12.602
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.231	12.602
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	208
7.08.02.01	Federais	0	208
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.231	12.394
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	4.100	2.500
7.08.04.02	Dividendos	6.570	3.944
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	561	5.950

Relatório da Administração

Relatório da Administração

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Uptick Participações S.A. (“Uptick” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Perfil Corporativo

A Uptick é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída em 8 de setembro de 1997, e que tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, cotista ou consorciada.

A Companhia mantém investimento na sua controlada em conjunto Cosern - Companhia Energética do Rio Grande do Norte (“COSERN”), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Estrutura Acionária

A Uptick é controlada por algumas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), as quais exercem o poder de controle de forma indireta, por meio do Ennesa Fundo de Investimento de Ações (“Ennesa FIA”), que detém 99,99% das ações ordinárias e totais de emissão da Companhia.

O Ennesa FIA é um fundo de investimento administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e seus cotistas são: FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social, CELPOS - Fundação Celpe de Seguridade Social, FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social e Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar.

Aspectos Econômicos e Financeiros

Como empresa de participação (“holding”), a Uptick tem suas Receitas Operacionais originadas da equivalência patrimonial, mensurada conforme sua participação no patrimônio líquido da COSERN, que no exercício de 2016 foi de R\$ 10.525.

Lucro Líquido do Exercício

O Lucro Líquido da Uptick, ao final do exercício, foi de R\$ 11.231, correspondente ao lucro por ação de R\$ 0,21418.

Remuneração dos Acionistas

Relatório da Administração

Relatório da Administração

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Política Indicativa de remuneração anual mínima aos acionistas assegura a previsibilidade quanto ao recebimento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme disposto no artigo 30 do estatuto social da Companhia:

“Artigo 30

A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Único:

As demonstrações financeiras demonstrarão a proposta da administração de destinação da totalidade do lucro líquido do exercício, se houver, no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral.”

Em linha com esse compromisso, a Uptick demonstra abaixo a remuneração distribuída aos acionistas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	2016
Lucro líquido do exercício	11.231
(-) Reserva Legal - 5%	(561)
	<u>10.670</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.667
JCP deliberados RCA 30/12/2016	4.100
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	-
Dividendos adicionais propostos	6.570
Total de Dividendos Propostos e/ou pagos no exercício	<u>10.670</u>

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Nessa linha, em 31 de dezembro de 2016, a administração da Companhia destinou o montante de R\$ 10.670 para distribuição de dividendos aos acionistas, a ser ratificado por ocasião da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, cumprindo assim o referido compromisso.

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da Uptick são listadas no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBOVESPA, sob o código UPKP3B. As mesmas não possuem um mercado ativo de negociação.

Informações sobre a COSERN

A COSERN detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km², outorgada pelo Decreto de 30/12/1997 e regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 08, firmado em 31/12/1997 com vigência até 31/12/2027. Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a COSERN vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

Os principais destaques do desempenho econômico -financeiro da COSERN em 2016, de acordo com o seu relatório de Administração, são:

- O Lucro Líquido em 2016 foi de R\$ 180.911, um decréscimo de 12,76% em relação a 2015.

Relatório da Administração

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Em 2016, a COSERN deliberou R\$ 125.996 à título de dividendos (R\$ 33.456 relativo ao exercício 2016 e R\$ 92.540 ao exercício de 2015) e R\$ 57.197 à título de juros sobre capital próprio relativo ao exercício de 2016. Adicionalmente, há proposta de distribuição de dividendos de R\$ 63.905.

Para maior entendimento das operações da controlada em conjunto COSERN nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como detalhes adicionais seu desempenho econômico- financeiro, de sua atuação no mercado de capitais, de suas diretrizes estratégicas e outras informações acerca de suas atividades recomenda-se a leitura de suas demonstrações financeiras de 2016 em <http://www.cosern.com.br> ou pelo site da CVM em <http://www.cvm.gov.br>

Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, Baker Tilly Brasil RJ Auditores independentes, não prestaram, em 2016, quaisquer outros serviços não-relacionados à auditoria externa da Uptick.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

Helder Rocha Falcão
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Uptick Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia possui 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN (“COSERN”), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

<u>Distribuição</u>	<u>Municípios</u>	<u>Localidades</u>	<u>Data da Concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se referia à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS era custo ou valor justo.

Notas Explicativas

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a revisão do IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recebendo a citada revisão do IAS 27.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa informação. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda ("*impairment*") é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3. Resumo das Políticas Contábeis

As principais políticas e práticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo e foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e nas demonstrações contábeis comparativas.

a. Instrumentos financeiros**- Ativos financeiros:**

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros:

- i) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 4). O CPC 40 requer uma classificação em uma hierarquia de três níveis (I, II e III) para mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros, sendo que esse ativo financeiro está classificado no Nível I.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “pro-rata temporis” até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

d. Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

e. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais e não estão sendo atualizados monetariamente. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorra desfecho favorável para a Companhia.

f. Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

g. Investimento

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas operacionais.

A participação em controlada em conjunto está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos desta participação são registrados como uma redução do valor do investimento.

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em conformidade com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza testes anualmente de modo a assegurar que seu investimento esteja registrado contabilmente por valor que não exceda seu valor de recuperação, incluindo a parcela de ágio não amortizado de R\$ 19.601.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

h. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

i. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 ano ou R\$ 20 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

j. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

k. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para as normas do IFRS, representam informação contábil adicional.

Notas Explicativas

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2017

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2017. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) - A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes) - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1 de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 16 - Leases (Arrendamento mercantil) - Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações;

IAS 7 - Demonstração de fluxos de caixa - Alterações à IAS 7 - Entra em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017, visando divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) - O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 - Income taxes (CPC 32 - Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

“reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1 de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas normas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor, se aplicável.

Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas acima.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

m. Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2016	2015
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	12.258	7.225
	12.258	7.225

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras consistem em aplicações em fundo de investimento de curto prazo, administrado pela Banco Bradesco S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic, gerando rentabilidade em nossa aplicações de aproximadamente 101% do CDI.

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****5. Tributos a Recuperar**

	2016	2015
Não-Circulante		
Imposto de Renda - IR	2.542	3.552
Contribuição Social - CSLL	449	221
Total	2.991	3.773

O Imposto de Renda - IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL correspondente aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e retenção na fonte referente a serviços prestados. A Companhia mantém no ativo não circulante créditos tributários no valor de R\$ 2.991, cuja realização dependerá da geração de lucros tributários futuros por parte da Companhia.

6. Reconciliação dos montantes de contribuição social e impostos de renda registrados nos resultados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016		2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Legislação	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	11.231	11.231	12.394	12.394
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre o Capital próprio recebidos	3.328	3.328	1.954	1.954
Subtotal adições	14.559	14.559	14.348	14.348
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(10.525)	(10.525)	(12.065)	(12.065)
Despesa de Juros sobre Capital Próprio	(4.100)	(4.100)	(2.500)	(2.500)
Subtotal exclusões	(14.625)	(14.625)	(14.565)	(14.565)
Lucro antes das Compensações	(66)	(66)	(217)	(217)
Compensação de prejuízos fiscais	66	66	217	217
Base de Cálculo	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	-	-

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

A Lei nº 12.973/2014, resultante da conversão, com emendas, da Medida Provisória nº 627/2013, promove entre outras providências, alterações no cálculo do Imposto de Renda para as Pessoas Jurídicas, inclusive com a revogação do Regime de Tributação Transitória (“RTT”), a partir de 1º de janeiro de 2015. Entretanto, as companhias têm a opção de adotar antecipadamente as alterações desta Lei.

A Administração da Uptick avaliou o impacto das alterações promovidas pela Lei 12.973/2014, bem como o melhor momento para sua adoção e optou por sua adoção antecipada. Desta forma, a Companhia deixa de considerar os efeitos do ágio na apuração dos montantes devidos de contribuição social e imposto de renda.

7. Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Cíveis	12	12

8. Investimentoa) Movimentação do Investimento na Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a participação da Companhia na Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo no início do período	49.694	47.821
Equivalência patrimonial	10.525	12.065
Ganhos líquidos sobre ativos atuariais - Reflexo	243	36
Juros sobre o capital próprio	(3.327)	(1.955)
Dividendos recebidos e propostos (ver item 8 c)	(7.330)	(8.273)
Saldo no final do Período	<u>49.805</u>	<u>49.694</u>

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**b) Informações sobre a Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Quantidade de ações da COSERN		
Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028
Capital social da COSERN	179.787	179.787
Lucro líquido do período	180.911	207.370
Patrimônio líquido do período	855.874	853.968
Quantidade de ações possuídas pela Uptick:		
Ordinárias	7.576.650	7.576.650
Preferenciais - Classes A	1.156.609	1.156.609
Preferenciais - Classes B	1.047.352	1.047.352
Subscritas e integralizadas	<u>9.780.611</u>	<u>9.780.611</u>
Informações Uptick:		
Participação da Uptick no capital da COSERN		
Capital votante	5,8396%	5,8396%
Capital social	5,8192%	5,8192%
Lucro Líquido	11.231	12.394
Patrimônio Líquido	81.165	73.791

A participação inicial na COSERN foi adquirida por meio de leilão público realizado em 12 de dezembro de 1997 e de leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro como companhia aberta da COSERN, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores. A Companhia é controladora em conjunto da COSERN, nos termos do Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas daquela empresa em 11 de dezembro de 1997.

Em reunião de 11 de julho e 13 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2000, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio ("JCP")

A composição analítica dos valores deliberados ou propostos pela Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**
(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2016	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$)	Valor Total (R\$ mil):
26/04/2016	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Dividendos	0,5383171829 ON 0,5921489012 PNA/B	5.384
01/08/2016	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,1663619001 ON 0,1829980901 PNA/B	1.664*
01/09/2016	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos Intermediários	0,1946207839 ON 0,2140828623 PNA/B	1.946
03/10/2016	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0831809501 ON 0,0914990451 PNA/B	832*
15/12/2016	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0914990451 ON 0,2140828623 PNA/B	832*

*Aos montantes de JCP supra citados, incidem a alíquota de 15% de IRRF e resultam no valor líquido de R\$ 2.828.

2015	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$):	Valor Total (R\$ mil):
22/04/2015	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,4482195687 ON 0,4930415256 PNA/B	4.483
19/06/2015	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,0594105602 ON 0,0653516162 PNA/B	594
30/09/2015	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,3195884212 ON 0,3515472633 PNA/B	3.196
30/09/2015	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,1954289647 ON 0,2149718612 PNA/B	1.954*

*Aos montantes de JCP supra citados, incidem a alíquota de 15% de IRRF e resultam no valor líquido de R\$ 1.661.

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**
(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**9. Intangível**

	2016	2015
Ágio no investimento	19.601	19.601
	19.601	19.601

O ágio tem origem na aquisição do direito de exploração de serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de 30 (trinta) anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme determinação da Lei 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado.

10. Impostos e Contribuições a Recolher

	2016	2015
Circulante		
IR s/ serviços de terceiros	1	1
PIS/ COFINS/ CSLL s/ serviços de terceiros	1	2
PIS a recolher	15	1
COFINS a recolher	69	4
	86	8

11. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$ 49.646.

A composição do capital social autorizado da Companhia, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas.

Acionistas	Nº de ações em 31 de dezembro de 2016
Ennesa Fundo de Investimento em Ações	52.437.002
Outros	1
Total	52.437.003

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

b) Reservas de Lucros

i. Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram constituídos os montantes de R\$ 561 e R\$ 620, respectivamente.

ii. Reserva de Lucros a Realizar

O resultado da Companhia é composto basicamente pela equivalência patrimonial com a Controlada em conjunto COSERN. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia apresenta nesta reserva um saldo de R\$ 16.795.

A constituição desta reserva está em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 202 da Lei 6.404/76, o qual define que o pagamento do dividendo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

Movimentações - Reservas de Lucros	R\$ mil
Saldo de Reservas de Lucros em 31 de dezembro de 2014	18.283
Constituição de Reserva Legal em 31 de dezembro de 2015	620
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar em 31 de dezembro de 2015	5.331
Saldo de Reservas de Lucros em 31 de dezembro de 2015	24.233
Constituição de Reserva Legal em 31 de dezembro de 2016	561
Saldo de Reservas de Lucros em 31 de dezembro de 2016	24.795

c) Outros Resultados Abrangentes - Reflexo

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes reflexo, em atendimento ao CPC 26(R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários, na controlada COSERN.

d) Resultado básico por ação

O cálculo de lucro por ação básico foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

destinações determinadas pela Assembleia Geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a administração da Companhia está propondo a distribuição de dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 6.570.

A composição dos montantes de Dividendos e JCP deliberados em 2016 e 2015 está composta como segue:

				2016
Data	Ato societário	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$)	Valor Total (em R\$ mil)
25/04/2016	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,0084585722	444
25/04/2016	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,0667467589	3.500
30/12/2016	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,07818906049	4.100
				8.044

				2015
Data	Ato societário	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$)	Valor Total (em R\$ mil)
30/04/2015	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,228593411	2.847
30/12/2015	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,047676256	2.500
				5.347

A movimentação do saldo da conta de Dividendos e JCP a Pagar é composta como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2014:	5.471
Dividendos e JCP Declarados	2.500
Dividendos e JCP Pagos	(5.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2015:	2.500
Dividendos e JCP Declarados	8.044
Dividendos e JCP Pagos	(6.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2016:	4.100

A base de cálculo para a distribuição de proventos é como segue:

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	11.231	12.394
(-) Reserva Legal - 5%	(561)	(630)
Base de cálculo dos dividendos	<u>10.670</u>	<u>11.774</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.667	2.944
JCP deliberados	4.100	2.500
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	-	444
Dividendos adicionais propostos	<u>6.570</u>	<u>3.500</u>
Total de Dividendos Propostos e/ou pagos no exercício	10.670	6.444
Reserva de lucros a realizar	-	5.330
	<u>10.670</u>	<u>11.774</u>

12. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de controlada em conjunto, depósitos judiciais, e contas a pagar e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	12.258	12.258	7.225	7.225
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	12	12	12	12
Contas a pagar à controladora	Outros passivos financeiros	4.100	4.100	6.444	6.444
Contas a pagar serviços prestados	Outros passivos financeiros	11	11	50	50

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****b) Risco de crédito:**

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

c) Risco de fraude:

A Companhia monitora todas as transações financeiras realizadas no curso do exercício não havendo nenhum indicio de erro intencional.

d) Risco de taxa de juros:

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados à média do CDI ou à Taxa Selic.

13. Receitas financeiras

	2016	2015
Renda de aplicações financeiras	781	564
Variação monetária	296	307
Total	1.077	871

14. Despesas Operacionais

	2016	2015
Serviços de Terceiros	(299)	(210)
Tributos	(1)	(208)
Publicações	(48)	(42)
Contribuição a associações e entidades de classe	(5)	(59)
Outras	(19)	(23)
Total	(371)	(542)

15. Transações com Partes Relacionadas e Remuneração dos Administradores

A Companhia é controlada pelo Ennesa Fundo de Investimento em Ações, sendo este controlado pelos seguintes fundos de pensão: (a) FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, (b) FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, (c) Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar, (d) FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social, (e) CELPOS - Fundação Celpe de Seguridade Social,

Notas Explicativas**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(f) FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações com partes relacionadas referem-se basicamente serviços de assessoria e consultoria prestadas pela Eximia Capital Partners Ltda, que presta serviços aos membros do Conselho de Administração e a Diretoria da Uptick, os quais incluem: (i) Assessoramento contábil; (ii) administração de tesouraria; (iii) controle de custos; (iv) suporte aos trabalhos de natureza jurídica; (v) serviços de controle do patrimônio, do fluxo de dividendos e outros recebíveis da Cosern (vi) cumprimento de obrigações legais exigidas pelos órgãos reguladores do mercado e (vii) assessoramento de conselheiros e/ou diretores em reuniões de Conselho de Administração ou de Diretoria.

A remuneração dos administradores é realizada integralmente pelos controladores (Fundos de pensão). A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria Companhia ou incentivos de longo prazo.

* * *

Helder Rocha Falcão - Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Marcílio Quintino Correia da Silva - Diretor Administrativo
Marcelo Martins da Fonseca - Contador CRC RJ 086974/O

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimento na Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

O investimento na Componente COSERN representa um dos principais ativos da UPTICK e possui significativa importância financeira.

Procedimentos de auditoria

Conforme Norma NBC TA 600, tivemos acesso às informações do auditor da componente bem como à documentação relevante de auditoria. Obtivemos evidência da auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil do investimento da Companhia na COSERN.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Ágio do investimento na Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN

Conforme descrito na explicativa nº 09, às Demonstrações Financeiras, a Companhia mantém registrado em 31 de dezembro de 2016, ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura alocado ao investimento Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN em montante de R\$ 19.601 mil. A Administração avalia anualmente o risco de impairment dessa unidade geradora de caixa, baseada na média ponderada do valor negociado em bolsa nos últimos 6 (seis) meses e com base no Enterprise Value da COSERN calculado considerando os resultados projetados para os anos de 2017 a 2030.

Procedimentos de auditoria

Avaliamos e questionamos as premissas utilizadas na elaboração do memorando da Administração, para a avaliação do valor recuperável do ativo "Investimento na COSERN", à luz do Pronunciamento Técnico CPC – 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Solicitamos as bases utilizadas para o cálculo da média ponderada do valor negociado em bolsa nos últimos 6 meses bem como, as planilhas e premissas de quantidade de energia comercializada, necessidade de caixa para a realização de investimentos, projeções de preços dos produtos no mercado de atuação utilizadas para o cálculo do Enterprise Value.

Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 22 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes

CRC-RJ 005.333/O-0

Paulo Buzzi Filho

Contador – CRC-RJ 071.138/0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

Os diretores da Uptick, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Uptick relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Atenciosamente,

Helder Rocha Falcão – Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marcílio Quintino Correia da Silva – Diretor Administrativo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

Os diretores da Uptick, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório da Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Uptick referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Atenciosamente,

Helder Rocha Falcão – Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marcílio Quintino Correia da Silva – Diretor Administrativo